A "Bíblia – Tradução Ecumênica" (TEB)

No final do ano 1994 foi publicada pela Ed. Loyola a tradução em língua portuguesa da mundialmente elogiada *Bible – Traduction Oecuménique* (TOB) preparada por um time de proeminentes biblistas de língua francesa, pertencendo às diversas confissões cristãs ou à religião judaica. A edição brasileira (*Bíblia – Tradução Ecumênica*, sigla TEB) segue a "versão integral" do original francês, segundo a 3ª edição (Paris, Cerf, 1989). Contém, portanto, além da tradução integral da Bíblia Hebraica (Tanakh), dos apócrifos ou deuterocanônicos (na terminologia católica) e das Escrituras Cristãs ("Novo Testamento"), o completo aparato de notas da edição francesa integral, provida de ricas introduções, notas, índices e mapas. Embora não nascida de um acordo interconfessional como o original francês, e sim da coragem de uma editora em lançar um livro denso e erudito em tempos de publicações "light", atribuímos à tradução brasileira grande significado ecumênico, de modo especial em relação ao judaísmo.

Diversas razões justificam esta opinião. Entre a dúzia de versões da Bíblia completa atualmente vendidas no país, é a única que segue escrupulosamente a Bíblia Hebraica conforme a recente edição crítica do texto "massorético" (em uso na sinagoga desde a Antigüidade) pela Deutsche Bibelgesellschaft de Stuttgart, sob a direção de K. Elliger e W. Rudolph. Isto, à diferença de muitas traduções, inclusive a prestigiosa *Bíblia de Jerusalém*, que em caso de dificuldades no texto massorético recorrem a leituras mais fáceis encontradas nas antigas traduções para o grego e o siríaco, produzindo um texto híbrido. A TOB/TEB chega a deixar certas expressões sem tradução, antes que recorrer a tal ecletismo.

Outra razão para ver nesta publicação — tanto no original francês como na versão em língua portuguesa — um grande passo à frente para o ecumenismo cristão-judaico é o respeito pela sensibilidade judaica na tradução. Em primeiro lugar, como os judeus, por respeito, não pronunciam o nome de Deus, o tetragrama YHWH é traduzido por "O Senhor", equivalente de Adonai, sem transformar o Nome num nome próprio pronunciado, como faz a *Bíblia de Jerusalém*, ou sem a artificial tradução "o Eterno" adotada pela *Bíblia na Linguagem de Hoje* — pois, se Adonai é indubitavelmente eterno, ele é sobretudo histórico!

O mesmo respeito pelo caráter hebraico reflete-se na tentativa bastante corajosa de escrever os nomes próprios de maneira hebraizante, transcrevendo inclusive as letras *heth* e o *tsade* com um pontinho enfatizante debaixo da letra. É verdade que os nomes próprios mais conhecidos, como no original francês, são conservados na forma latinizante corriqueira no mundo neolatino, mas a versão brasileira, ultrapassando a edição francesa neste ponto, inclui na Introdução uma lista de equivalências apresentando a forma hebraizante dos nomes conservados em forma latinizada.

A busca de termos semanticamente exatos, adequados ao colorido da terra bíblica, é outra prova de respeito pela Bíblia hebraica, mesmo à custa da inculturação brasileira — por exemplo, quando os simpáticos animaizinhos do Salmo 104,18, inexistentes no Brasil, são chamados com o nome certo de "híraces" e não de arganazes, coelhos ou marmotas...

O "senso semítico" se mostra também, muitas vezes, em detalhes quase imperceptíveis da tradução, como, por exemplo, a tradução de *shabat* por cessar (o trabalho) em vez de repousar, e, sobretudo, de *érets* por terra em vez de país, etc. Na mesma linha observa-se, em comparação com outras traduções, a quase-ausência do termo raça, sendo substituído por etnia, linhagem etc., conforme o sentido exigido pelo contexto.

Por outro lado, os tradutores não cederam à tentação do "politicamente correto", como fazem aqueles que no polêmico evangelho de João substituem o termo "judeus" por "autoridades (judaicas)". Pois, se é provável que não foi o povo de Israel, mas no máximo alguns chefes judaicos que fizeram um acordo com os romanos para eliminar Jesus, o evangelista João, polemizando acerbamente com o judaísmo renovado dos rabinos de Javne, não faz esta distinção no seu escrito, e não se deve exigir dos tradutores que corrijam o evangelista! Melhor deixar o leitor perceber que João — por sinal um dos hagiógrafos cristãos que mais citam ou evocam as antigas Escrituras — usa um vocabulário condicionado por uma polêmica historicamente situada, quase uma "briga de irmãos", que só ensejará atitudes antijudaicas em pessoas sem senso histórico. Ora, a TOB/TEB certamente não se destina a tais leitores... Não é uma Bíblia que facilite a leitura superficial a ponto de esconder os problemas de fundo, e por isso os editores merecem todo louvor.

Um grande passo na aproximação entre os dois ramos da tradição bíblica — o judaísmo e o cristianismo — é a organização dos escritos. A primeira parte da Bíblia reproduz sem modificação a ordem dos livros segundo a Tanakh: Lei, Profetas anteriores e posteriores, Escritos. Mesmo a surpreendente ordem Esdras-Nehemias-Crônicas é conservada. Seguem depois os escritos intertestamentários, normalmente chamados apócrifos ou deuterocanônicos, que na antiga tradução grega dos judeus de Alexandria (a Septuaginta) e posteriormente nas bíblias cristãs se encontram integrados na classificação tripartita de livros históricos, livros proféticos e livros sapienciais. A TOB/TEB é a primeira Bíblia cristã (com "abertura ao judaísmo", é verdade) a adotar a ordem da Tanakh. Isso não é apenas um detalhe externo. É uma chave de interpretação. Pois faz muita diferença se o leitor percebe que a Torá ocupa outra posição que as Crônicas, ou encontra justapostas na mesma categoria as histórias de Moisés e as dos Macabeus! Também no tratamento dos escritos intertestamentários transparece o radical respeito pelas origens judaicas desses escritos, como se poderá perceber na leitura da introdução a Baruc e à Epístola de Jeremias (que nas outras Bíblias cristãs se encontra integrada no livro de Baruc).

Quanto às introduções e as notas, percebe-se claramente que o ecumenismo da TOB/TEB não é uma "homogeneização" (que geralmente é uma esterilização).

Os comentadores dos diversos escritos falam francamente a voz de suas respectivas confissões. O sóbrio comentador dos Salmos, com suas freqüentes referências a Qimhi, Ibn Ezra e Rashi não é o mesmo que o luteraníssimo introdutor da Epístola aos Romanos ou o bem católico exegeta do evangelho de João. Precisamente esta diferença traz à luz a rica potencialidade do texto bíblico e a pluralidade que a tradição bíblica pode abrigar. É uma prova viva de que o judaísmo e o cristianismo têm raízes comuns, e assim como o cristianismo perderia muito se não descobrisse suas raízes no Primeiro Testamento nunca ab-rogado (cf. Gálatas 3,17), o judaísmo perderia se não reconhecesse o sentido de universalidade da eleição e do Reino, que o cristianismo vê desabrochar definitivamente em Jesus de Nazaré, mas que também a comunidade judaica pode considerar legado seu. O mútuo reconhecimento de duas maneiras de entender o legado da Aliança, sem cair no relativismo, levará ambos os herdeiros a admirar mais ainda o tesouro que lhes foi confiado.

Quanto ao ecumenismo intracristão (entre as diversas confissões cristãs), a volta às origens judaicas ajuda a superar algumas oposições. A questão do cânone dos livros do Antigo Testamento aparece numa luz nova. Percebe-se que nem a Bíblia católica, nem a protestante conservam o uso judaico original. Ambas se baseiam na classificação da Septuaginta, com a diferença de que o cânone protestante exclui desta lista os livros não aceitos pelos rabinos de Jâmnia. A TOB/TEB, ao contrário, convida a voltar ao uso de Lutero, Calvino e outros reformadores da primeira hora, que puseram os livros discutidos numa secção especial, exatamente como faz a TEB. Colocando-os, porém, no meio entre o Antigo e o Novo Testamento, a TEB mostra que existe uma ponte entre as Escrituras judaicas e as Escrituras cristãs: exatamente estes livros, que refletem a comunidade de fé de Israel às vésperas da chegada de Jesus.

A apresentação e o espírito que permeia a TOB/TEB esclarece também a relação entre o Antigo e o Novo Testamento. Não disse João que o novo mandamento é antigo (1Jo 2,7)? Parece-me que devemos considerar assim também a relação entre os dois Testamentos. Torna-se comum chamar o Antigo Testamento de Primeiro Testamento, porque para os judeus ele não é antigo. Certamente, os escritos paulinos dizem que a antiga aliança caducou. Mas a nova que surgiu, conforme a ótica cristã, com Jesus de Nazaré, é a antiga levada à plenitude; é nova no sentido de última, definitiva. Então a caducidade da primeira Aliança é relativa, não absoluta. É relativa em relação à maneira auto-suficiente de um certo farisaísmo. Para este modo de viver a Aliança, ela caducou. Mas no modo como Jesus a viveu e transmitiu, encarnando-a em sua própria vida e morte, ela se renovou de modo superior e definitivo. Esta consideração é importante para não desprezarmos o "Antigo" Testamento como algo que "já era", e sim, como a raiz do novo e definitivo que dele brotou, ainda que não automaticamente, mas pelo desígnio sábio e soberano de Deus revelado em Jesus Cristo. Pouco importa que se fale das Escrituras de Israel como Antigo ou como Primeiro Testamento. O importante é que, mesmo considerando caduca determinada interpretação, não se considerem estas Escrituras uma fonte ressequida para nós, nem para a comunidade que as produziu.

Johan Konings

Referência bibliográfica

Bíblia – Tradução Ecumênica. São Paulo: Loyola, 1994, 2480 p., 21 x 14,5 cm.